

URBANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO E DO FILME *CIDADE DE DEUS*

SÉRGIO MARTINS
Departamento de Geografia
Universidade Federal de Minas Gerais

Cidade de Deus, filme dirigido por Fernando Meirelles, foi exaustivamente saudado como um prodígio da indústria cinematográfica nesta periferia do mundo, entre outros aspectos, pelos pouco mais de três milhões de espectadores que granjeou somente em 2002, ano de seu lançamento.

A celebração é compreensível, especialmente se considerarmos que no início dos anos 90 a produção cinematográfica brasileira, após o esfarelamento do aparato estatal do qual muito dependia, foi lançada numa situação algo fantasmagórica, senão tal e qual, ao menos parecida à que se encontrava quando ainda em cueiros¹. E, como se sabe, foi somente a partir do estabelecimento de um aparato legal baseado na renúncia fiscal que o setor começou a sair do atoleiro econômico em que se encontrava. Enquanto em 1992 apenas 36 mil espectadores pagaram para ver os três filmes nacionais lançados naquele ano, em 1994 *Carlota Joaquina, princesa do Brasil*, tido como marco do ressurgimento do cinema brasileiro, levou 1,3 milhão de pagantes às salas de

* Este texto foi inicialmente esboçado por ocasião da participação na mesa-redonda “Urbanização e violência: diálogo entre geografia, literatura e cinema, a propósito do filme e do livro *Cidade de Deus*”, organizada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seção Belo Horizonte) e realizada em 30 de novembro de 2002 na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Resolvi retirá-lo da hibernação em que se encontrava por conta da disciplina “A cidade, o urbano e o cinema”, ministrada para estudantes do curso de graduação em Geografia da UFMG.

¹ No abrangente painel que elaborou sobre o cinema no Brasil, Paulo Emílio Salles Gomes registrou que no início dos anos 20, enquanto uma parte dos circuitos econômicos que consubstanciam a chamada indústria cinematográfica já havia se firmado por aqui através da comercialização de filmes

cinema. Entre as centenas de documentários, curtas e longas-metragens produzidos de lá até os dias de hoje, a ressurreição da cinematografia nacional manifestou-se também pelo número de indicações ao Oscar de melhor filme estrangeiro (*O Quatrilho*, de Fábio Barreto; *O que é isso companheiro?*, de Bruno Barreto e *Central do Brasil*, de Walter Salles, além do próprio *Cidade de Deus*). O que, consideradas as circunstâncias, confere certa atualidade às observações de Paulo Emílio acerca do cinema produzido no Brasil nos anos 60. Naquele momento, registrava o analista:

são obrigados os nossos filmes a enfrentar o desinteresse e conseqüente má vontade do comércio, conseguindo exibição graças apenas ao amparo legal. Uma das conseqüências dessa situação injusta é levar produtores e cineastas a se preocuparem demasiadamente com a exportação dos respectivos filmes, superestimando a importância dos festivais internacionais. As inteligências e energias ficam assim distraídas do único objetivo que realmente importa ao nosso filme: o público e o mercado brasileiros. (GOMES, 1980:81)

Para os dias que seguem, talvez fosse mais exato ter em conta que a preocupação com a exportação, ou melhor, a disputa pela chancela de festivais internacionais é parte importante para os interesses envolvidos num mercado mundializado, expressão da amplitude alcançada pelos negócios dominados por corporações gigantescas que controlam, noutra ponta, as condições para a comercialização dos produtos-chave nos circuitos de exibição. Integrando os mecanismos de classificação e hierarquização dos produtos, as indicações ao prêmio cobiçado são propagandeadas para que o consumidor seja guiado para o que acredita ser a melhor escolha a fazer frente ao que o mercado cultural devidamente segmentado lhe apresenta².

Ninguém desconhece que o cinema integra esse amplo campo que ainda é chamado de cultura, há muito tragado pelo processo de valorização dos capitais. A despeito de

importados, a produção de filmes, ao contrário, ocorria num quadro de esqualidez econômica, o que fazia sua comercialização depender “da benevolência de um ou outro proprietário de cinema”. Diante da pouca ou nenhuma capitalização da cinematografia, houve quem lhe dispensasse considerações de grande desprezo: “ ‘Esse fantasma que é a cinematografia nacional [...] sem artistas, sem técnicos, sem diretores de cena, sem estúdios, e, finalmente, sem dinheiro [...] Seria melhor que não existisse.’ ” (GOMES, 1996:48-50).

²Característica que não é de hoje. Na Califórnia dos anos 40, portanto sob o pano de fundo de uma indústria cinematográfica já encorpada, ela não escapou a dois filósofos alemães quando se dedicaram a conceituar as determinações e implicações da transformação da cultura em mercadoria. “Para todos algo está previsto; para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu *level*, previamente

Hollywood ter sido caracterizada nos anos 40 como uma indústria fraca pela citada dupla de filósofos frankfurtianos, uma pitada de materialismo permite perceber que também aqui operam as leis da reprodução ampliada do capital. As megafusões empresariais ocorridas ao final do século passado não deixam dúvidas de que o processo de centralização do capital implica numa ampliação da escala de suas operações, já que ao mudar de pele (para falar como um outro filósofo alemão) expande-se, segundo uma boa fórmula, em extensão e profundidade³. Nessa senda não é difícil encontrar algumas das condições do êxito comercial de *Cidade de Deus*, distribuído pela Miramax, empresa que operava no segmento dos chamados filmes independentes⁴ e que desde 1993 tornou-se uma divisão da Walt Disney Co., essa montanha parida a partir de um rato. Segundo as convicções do próprio diretor do filme, manifestas numa das inúmeras entrevistas que concedeu, a empresa iria “pôr um bom dinheiro para conseguir uma indicação.” (MEIRELES, 2002:15) Ao fim e ao cabo, *Cidade de Deus* obteve quatro indicações ao Oscar!

É óbvio que seria uma simplificação atroz reputar o êxito do filme ao fato de sua comercialização ter ficado a cargo desta ou daquela empresa. E, a rigor, essa não é a discussão que se irá propor aqui, pois, a meu ver, a força de *Cidade de Deus* (livro e filme) reside no fato de nos provocar a refletir sobre as encruzilhadas da formação social brasileira, já que ao contrário do filme tido como marco do ressurgimento da cinematografia nacional, como mencionei, no de Fernando Meireles a formação é tematizada como problema, e não meramente como mercadoria⁵.

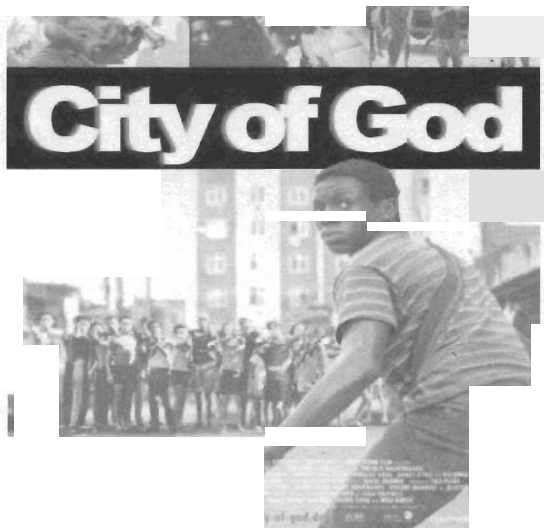
caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo.” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985 [1944]:116)

³ Uma brevíssima alusão a alguns exemplos ajuda a dimensionar o volume de recursos envolvido nessa hipercentralização dos capitais: em 1998, logo após o anúncio da formação do Citigroup pela fusão entre o Travellers Group e o Citicorp, numa negociação que envolveu a assombrosa cifra de US\$ 72,6 bilhões, a Exxon declarou a compra da Mobil por US\$ 82,8 bilhões, resultando na criação da maior empresa petrolífera do mundo e, à época, terceira maior empresa do planeta, atrás apenas da General Motors e da Microsoft. Em 2000, os números estonteantes de US\$ 172,7 bilhões corresponderam dessa vez à compra da AOL pela Time Warner Entertainment, criando na ocasião o maior grupo da indústria cultural. No início de 2006, a Pixar Animation Studios, que possuía cerca de 40 funcionários 20 anos antes, foi adquirida pela Walt Disney por “modestos” US\$ 7,4 bilhões em ações.

⁴ Há mais de dez anos, numa visita ao Brasil, Richard Peña, professor de cinema na Universidade de Columbia, dizia que “nos anos 60, cinema independente era o que se propunha como alternativa a Hollywood. Hoje, um filme como ‘Pulp Fiction’, de Quentin Tarantino, é ao mesmo tempo ‘independente’ e integrado na indústria hollywoodiana.” (COUTO, 1994:5-4). Antes que o leitor comece a considerar que estamos diante de mais um desencontro entre as palavras e as coisas, não custa observar que o suposto disparate já havia sido assinalado pelos frankfurtianos: “Quem resiste só pode sobreviver integrando-se. Uma vez registrado em sua diferença pela indústria cultural, ele passa a pertencer a ela assim como o participante da reforma agrária ao capitalismo. A rebeldia realista torna-se a marca registrada de quem tem uma nova idéia a trazer à atividade industrial.” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985 [1944]:123-124).

⁵ Valho-me da distinção efetuada por Ismail Xavier no balanço que efetuou da cinematografia brasileira

„Ein Wunderwerk“ „Ein Meisterwerk!“
 „Erschütternd, bewegend, genial“
 „Freundschaft und Verrat. Liebe und Tod... Eine packende Geschichte“
 „Vielleicht der beste Film der letzten 10 Jahre“



Passando então ao filme propriamente dito, atendo-me inicialmente às diversas considerações que ele motivou, o que já acontecera em menor escala com o livro seminal (LINS, 1997). Uma das acusações, especialmente ao livro (de um estreante, como muitos frisaram em tom intimidatório), foi a de não ter conseguido ir além de uma transposição literal da realidade social da qual partiu o autor. Tratar-se-ia de um registro, não raro confuso, rente aos fatos, o que lhe subtraía grandeza literária. A adaptação às telas, por sua vez, não teria se desvencilhado de tal orientação. Ao contrário, parece tê-la reforçado, como atestariam várias passagens nas quais as descrições fornecidas pelo personagem-narrador (Busca-Pé) são redundantes em relação às imagens. Ao não dispensar a fórmula de procurar ressaltar que na tela se exhibe uma representação fidedigna do

dos anos 90. (Cf. XAVIER, 2000:107). Vale citar sua contundente análise sobre o filme que assinalou a arrancada: “Em verdade, a identidade nacional foi, de certa forma, o traço maior do filme de mercado, seja o espetáculo mais caro (*Canudos, Tieta, Mauá, Orfeu* ou *Villa-Lobos*) seja o filme barato de enorme sucesso como a comédia de Carla Camurati, *Carlota Joaquina, princesa do Brazil* (1995). Neste filme, são abundantes os traços do que o senso comum já tornou clichê em torno do nacional. Dialogando com a chanchada em suas versões televisivas mais recentes, esse filme ativa estereótipos, imagens já sedimentadas, que, sem negar a pertinência de uma parcela do que constrói nas figuras de Carlota e de D. João VI, tendem à caricatura esvaziadora das questões que focaliza. Prevalece – e isto é deliberado – a memória de bancos escolares comum aos brasileiros que ouviram a história de Carlota tirando os sapatos para não levar a poeira do Brasil. O grande sucesso do filme se liga à força desse reconhecimento (que também vale quando referido à piada de português) e ao efeito dos gestos grotescos sustentados por bons atores.” (XAVIER, 2000:106).

real (o que culmina em passagens como aquela na qual, sob a inconfundível locução de Sérgio Chapelin, a prisão de Mané Galinha é noticiada no *Jornal Nacional*), o filme estaria próximo do documentário, o que pode não significar um elogio. Com maior sutileza, houve quem lembrasse a extração de pesquisa científica do livro para concluir que “se Paulo Lins não tivesse construído seu mosaico apenas em cima da violência, e tivesse dado mais espaço para as outras vozes que evidentemente existem na favela, o livro preservasse o impacto do final e ganhasse uma amplitude ainda maior. [...] O recorte metodológico falou mais alto que a intuição artística.” (LACERDA, 1997:5). Observações nas quais de algum modo se ouve o eco da indagação depreciativa, quase desqualificadora, conforme sintetizada por Antonio Candido ao aludir ao trabalho plasmador do real efetuado pelo artista - “se era para fazer igual, por que não deixar a realidade em paz?” (CANDIDO, 1998:124).

Considerações nas quais se insinuam o que talvez tenham sido as principais acusações que livro e, sobretudo, filme conheceram, ou seja, de que se trata de (mais) uma leitura equivocada, porque parcial, da realidade vivida em *Cidade de Deus*, posto que a retrata como impermeável a tudo o que não se resume a ou se exprima pela violência impiedosa imposta pelos traficantes de drogas. Ao mostrar apenas o “lado mau”, *Cidade de Deus* integraria, portanto, a história de difamações que há tempos estigmatiza *Cidade de Deus*⁶.

Na contraface do mesmo raciocínio (chinfim, mas que em tempos de indolência intelectual é tomado como crítica) registrem-se os elogios ao retrato sem retoques da violência implacável supostamente exclusiva dos lugares malquistos das metrópoles brasileiras. Sem esquecer das observações quase cínicas que não raro o complementam. Não é difícil encontrar quem afirme ter se sentido aliviado após ter visto o filme, já que em nossas vidas, prezadamente civilizadas, se não vivemos sob uma ordem que poderia ser considerada perfeita, ao menos o caos não se abre sob os nossos pés. No “mundo do asfalto” há quem imagine que a violência, se não está de todo distante e ausente, não o integra estruturalmente, por isso nele irrompe circunstancialmente, quando o “mundo do morro”, essa representação fantasmática, o invade.

Dessa presunção dicotômica e auto-indulgente derivam os sentimentos mais ou menos manifestos pelos condoídos com o desamparo das vítimas desse processo impiedoso que é a História. Essas gentes esquecidas pelo Estado, os hoje excluídos,

⁶ Em sua pesquisa de doutoramento no início dos anos 80, em *Cidade de Deus* - na ocasião um dos principais focos do tráfico de maconha -, Alba Zaluar (1985:9-32) já constatara a desconfiança quase hostil com que fora inicialmente recepcionada pelos moradores em virtude da estigmatização do lugar, já em curso pela imprensa. A respeito do filme, em carta de 22 de janeiro de 2003, publicada no sítio www.vivafavela.com.br e intitulada “A bomba vai explodir?”, o *rapper* MV Bill afirmou: “O mundo inteiro vai saber que esse filme não trouxe nada de bom para a favela, nem benefício social, nem moral, nenhum benefício humano. O mundo vai saber que eles exploraram a imagem das crianças daqui da CDD. O que vemos é que o tamanho do estigma que elas vão ter que carregar pela vida só aumentou, só cresceu com esse filme. Estereotiparam nossa gente e não deram nada em troca para essas pessoas. Pior, estereotiparam como ficção e venderam como verdade.”

outrora marginalizados, guetificados em inúmeros lugares sombreados, encontram-se vulneráveis à presença e atuação do chamado crime organizado que, como se diz, acaba por ocupar o espaço vazio deixado pelo Estado, se não de todo ausente (haja vista a presença ostensiva, mas episódica, da força policial repressora), ao menos omissa quanto à realização dos direitos de cidadania.

Excetuando os aspectos mais ou menos caricatos de uma concepção historicamente cristalizada entre nós, de que às vítimas sofredoras deve-se oferecer compassivamente a terapêutica que, por inércia e/ou inépcia, são incapazes de formular, não falta quem deposite, se não todas, ao menos a maioria das fichas na atuação do Estado. Assim, o enfrentamento desse quadro desalentador exigiria, além do uso da força policial nos momentos (e lugares) de crise, a formulação de políticas públicas intersetoriais, portanto não circunscritas às questões referentes à reestruturação da segurança pública operada pelo Estado, buscando imprimir-lhe maior eficiência. Numa perspectiva orientada pela noção de justiça social, seriam imprescindíveis, em síntese apertada, amplas reformas do sistema de justiça criminal, cuja complexidade envolve desde as estruturas policiais, passando pelo subsistema prisional, até chegar aos códigos processuais e ao Judiciário propriamente dito. A enormidade dos desafios não pára por aí, posto que o combate à criminalidade violenta necessariamente deveria estar associado a ações, articuladas pelo Estado em conjunto com frações da sociedade civil, cujas finalidades precípuas seriam a ampliação do campo e do alcance dos direitos próprios à cidadania, a começar pela segurança, tomada como direito social. Fortemente orientado por essa perspectiva, no início de 2003 (logo após a publicação das acusações indignadas do caráter estigmatizante de livro e filme) o então secretário nacional de segurança, ele próprio um estudioso das questões implicadas, anunciou um projeto-piloto para a Cidade de Deus⁷.

Ocorre que a realização da ação política necessariamente se defronta com condições concretas que podem estar em contradição com tais proposições, chegando mesmo a configurar poderosos bloqueios. Em primeiro lugar, não pode haver dúvidas que a instituição de uma cidadania que expresse concretamente que o fazer política se processa pela criação e recriação de direitos, como é próprio da democracia, foi e continua sendo resultado de árduas e não raro dramáticas lutas que nada têm de quiméricas. Ainda mais numa sociedade como a brasileira, onde

⁷ Parte do que se anunciava como novo plano nacional de segurança, o projeto articulava e implementaria, em linhas gerais, ações do Estado e da sociedade civil voltadas para o desmantelamento do tráfico na Cidade de Deus, associadas às que buscavam oferecer e/ou criar situações e condições para reverter o quadro em que, segundo o próprio secretário, “os jovens sem perspectiva e esperança continuam a ser recrutados pelo tráfico e pelo crime”. As primeiras ações, voltadas ao combate àqueles diretamente envolvidos na economia da droga, seriam implementadas numa perspectiva de “aumento da eficiência das polícias, redução da corrupção policial, valorização dos profissionais de polícia e respeito aos direitos humanos.” Necessárias mas insuficientes, um segundo conjunto de ações coloca-se portanto como imprescindível. “Não basta aumentar a eficiência das polícias, livrá-las da corrupção, torná-las menos brutais e racistas. [...] Estão também em jogo o sentimento e a

historicamente os direitos sociais têm sido concebidos e praticados como se fossem favores, concessões prévias e preventivas estendidas pelos governantes de turno aos que, despojados de efetivos direitos civis e políticos, mostrem-se obedientes, agradecidos e, portanto, merecedores da integração protetora ao Estado, da “estadania”, como chegou a denominá-la José Murilo de Carvalho (1995). Como se sabe, numa relação entre desiguais, entre quem age “doando” com benevolência e quem recebe “devendo” obediência, não pode haver política.

Mas se é certo que o desenvolvimento da cidadania para além de suas caricaturas despolutizantes não é uma bagatela histórica, não se pode confundi-la com a própria democracia. Isso porque a modificação das situações de classe, enquanto fruto da cidadania, não altera os pilares sobre os quais a sociedade encontra-se estruturada e a partir dos quais se reproduz. Sabemos que a expansão da cidadania implica uma ampliação na participação da riqueza socialmente produzida, que impõe modificações nas situações experimentadas pelas classes sociais, o que dificilmente seria acessível a partir das condições que determinam as próprias classes. Inscritos como deveres do Estado, os direitos sociais, enquanto conquistas do exercício dos direitos civis e políticos, impõem-lhe custos, dificultam, senão impedem que frações da riqueza social detida pelo Estado seja diretamente utilizada de acordo com os fundamentos e exigências da acumulação capitalista. Porém, sabemos também que a democracia é mais que um regime jurídico-político cuja culminação residiria na configuração e consolidação do Estado de direito onde estariam asseguradas as prerrogativas da cidadania moderna, exercida através dos direitos (civis, sociais e políticos, tal como consagrados).

Em acepção rigorosa, no âmbito do Estado a sociedade civil acaba por realizar a anti-política, uma vez que a objetivação da política enquanto representação, ou a ela limitada, acaba por se converter justamente no seu contrário: ao invés de experiência e momento em que as limitações das racionalidades particulares metamorforsear-se-iam numa racionalidade superior voltada para a totalidade, para o devir criador, conforme as exigências do agir democrático, temos a democracia condenada a vegetar nos limites dos princípios e das formas prescritas e reconhecidas pelo e a partir do Estado, instrumentalizadas pelas frações da sociedade civil que não almejam senão robustecer suas práticas orientadas pelas respectivas racionalidades privadas, inviabilizando mesmo ações orientadas na

subjetividade, daí a importância da dimensão cultural: os jovens mais vulneráveis ao recrutamento estão famintos de reconhecimento e valorização. Sua auto-estima está mais degradada do que sua vida cotidiana. São seres socialmente invisíveis. A arma é o passaporte para a visibilidade e o reconhecimento. Precisamos disputar menino a menino com o tráfico e o crime, instituindo fontes alternativas de atração. Nossa arma pode ser a música, a cultura hip hop, a criação cultural, a educação, a experiência esportiva e as práticas que alimentem um indispensável narcisismo construtivo. Emprego e renda não podem faltar, a família e a comunidade são fundamentais. Se isso é verdade, um bom programa preventivo tem de agir em todos esses níveis. Deve ser intersectorial e sustentável, para mudar cenários, roteiros e personagens nessa trama macabra de nossas tragédias anunciadas.” (SOARES, 2003:A-3)

perspectiva já reduzida de justiça social. Por isso a instituição democrática da sociedade exige a deslegitimação do Estado (bem como do próprio capital) através da ampliação do campo de atividades sobre o qual podem e devem ser feitas escolhas políticas. Fazer com que a democracia seja ato social, irrigando as demais esferas da vida, exige que a sociedade retome a prerrogativa de auto-instituir-se, retome a autonomia para reencontrar a iniciativa e a criatividade expropriadas para reapropriar-se do controle das condições sociais e históricas de existência e do sentido e finalidade a lhes serem conferidos, pois a democracia consiste em assumir seu próprio movimento, encontrar sua existência própria, libertando-se das formas que a aprisionam⁸. Considerada nessa perspectiva, a cidadania constitui uma última fronteira para além da qual os fundamentos da ordem social estariam ameaçados. Em suma, a cidadania melhora, mas não transforma a vida!

Isso posto, voltemos a *Cidade de Deus*, especialmente ao livro de Paulo Lins: se parece exagero dizer que é resultante de grande ourivesaria, não soa descabido situá-lo na linhagem a que pertence o romance de Manuel Antônio de Almeida, analisado por Antonio Candido em sua arquiconhecida *Dialética da malandragem*. Parece tentador tomá-lo como uma importante atualização de precursores (aí incluído *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo). Afinal, aqui também literatura opulenta foi produzida a partir de uma realidade social áspera e esquelética, duramente curtida pela pobreza e açoitada pela miséria⁹. Para não ser injusto, senão equivocado, com Paulo Lins e seu livro, é preciso ter em conta, como já mencionado, que nasceu da incursão do autor em pesquisa etnográfica. Sua perspicácia, associada à sensibilidade e habilidade artísticas que ressaltam nítidas, foi decerto enriquecida pelo conhecimento que a Antropologia lhe propiciou. Portanto, ao situar-se nesse entroncamento, *Cidade de Deus* reúne elementos, características, possibilidades e limitações da literatura e de fora dela. Filha do mundo, a obra é um mundo, sintetizou Antonio Candido¹⁰. O que impõe dissenter dos que procuram enquadrá-la em rotulações estanques buscando deslustrá-la.

Mas a questão (insuficientemente enunciada) ainda não está esclarecida. Por que o livro e o filme dele derivado são perturbadores? Sem pretensões de cortejamento, é quase um truísmo dizer que sobretudo o livro não é de rápida digestibilidade. Obviamente que isso se deve menos ao fato de ser um cartapácio de 550 páginas (formato da primeira aparição). Como já observou Roberto Schwarz ao nele se debruçar, a literatura foi levada a explorar possibilidades robustas. “[...]”

⁸ A este respeito, cf. Rancière (1996) e, sobretudo, Abensour (1998 [1997]).

⁹ Sobre *Memórias de um sargento de milícias*, observou Antonio Candido que se trata de “[...] um livro agudo como percepção das relações humanas tomadas em conjunto. Se não teve consciência nítida, é fora de dúvida que o autor teve maestria suficiente para organizar um certo número de personagens segundo intuições adequadas da realidade social.” (CANDIDO, 1998:37).

¹⁰ Foi neste sentido uma das primeiras observações de Paulo Lins em sua carta-resposta a MV Bill, publicada no mesmo sítio internético: “É claro que nem o filme nem o romance seguem fielmente a história da criminalidade em Cidade de Deus, porque senão seria documentário ou História (ciência), respectivamente. [...] O meu compromisso é com o real da obra de arte e não imediatamente com a

não se trata de negar a parte da ficção, mas de lhe acentuar o valor de prospecção e desvendamento” (1999:170). Creio que o interessante para a reflexão encontra-se justamente nesse aspecto, senão vejamos.

A primeira chave para compreender as inquietações que livro e filme provocaram e/ou as condenações que receberam encontra-se, inicialmente, na posição do autor diante do universo com o qual interagiu. Ao contrário da habitual, tanto na literatura, quanto mais no discurso científico, sua prosa, além de não ser insípida ou bocejante, não adveio do alto de coturnos intelectuais. “[...] em *Cidade de Deus* os resultados de uma pesquisa ampla e muito relevante – o projeto da antropóloga Alba Zaluar sobre ‘Crime e criminalidade no Rio de Janeiro’ – foram ficcionalizados do ponto de vista de quem era o objeto de estudo, com a correspondente ativação de um ponto de vista de classe diferente [...]” (SCHWARZ, 1999:168).

Essa é, decerto, a passada seguinte e decisiva. Ou seja, se é correto que a posição social do autor lhe permitiu orientar-se pelas motivações mais imediatas dos moradores de *Cidade de Deus*, é inequívoco que a força intelectual do livro reside na perspectiva pela qual aquela realidade foi tematizada, pois, ao transformá-la na e pela criação literária, sua incursão não corresponde às representações socialmente hegemônicas, transgredindo-as. Refiro-me especialmente ao confronto do livro com o ideário do progresso, que, com algumas nuances, há tempos habita o firmamento ideológico do mundo moderno. O mito do encontro inexorável com um futuro melhor, permanentemente invocado para justificar o ativismo do presente para que continuemos a marchar em sua direção sem nos questionarmos sobre o sentido e o propósito da marcha, simplesmente não encontra lastro nas ações e acontecimentos que se sucedem e interpõem na narrativa.

Nesse aspecto, *Cidade de Deus* contraria algumas das cabais afirmações dos frankfurtianos, para os quais “a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985 [1944]:113). Segundo ambos, “desde o começo do filme já se sabe como ele termina” (1985 [1944]:118). Poderíamos encontrar apoio a essa assertiva na trajetória do próprio Busca-Pé. Ao concretizar o sonho de se tornar fotógrafo e assim deixar de reproduzir a situação social do pai, já vivida precariamente pelo irmão (Marreco), dividido entre a vida de bicho-solto e a de otário – salva-vidas no livro, peixeiro no filme –, Busca-Pé poderia ser considerado como o herói que atravessa os dramas e tragédias inescapáveis aos moradores de *Cidade de Deus*. Como o próprio Paulo Lins, poeta, negro, pobre e favelado, alçado para fora do lugar justamente pela literatura. Em contrapartida, é o mal-estar com a existência do mesmo na infundável proliferação de sua quantidade que prevalece frente ao espírito desassossegado de que um futuro melhor virá a reboque de uma vida centrada em trabalho sério e honesto.

realidade histórica que queremos mudar. [...] “Quem deve ter vergonha do filme são os que criaram e perpetuam a pobreza, os que discriminam pela cor da pele, pela origem social, os que governam em causa própria, os especuladores. Esses sim agora estão sendo estigmatizados.”

De fato, até mesmo o consumidor despretensioso que se acomodou à poltrona em busca de diversão começa a nela se acabrunhar ao perceber que o típico final feliz de moral adocicada não levará a melhor. A comicidade da cena de abertura, com a fuga de um galo desesperado correndo entre ruas e vielas procurando safar-se dos que se preparavam para saboreá-lo num churrasco¹¹, é seqüenciada pelo encontro do bando de Zé Pequeno com a polícia. A câmera gira frenética em torno de Busca-Pé, apanhado no meio do confronto iminente. Uma citação dos filmes de banguê-banguê, decerto, mas o que se verá não corresponde exatamente a um confronto maniqueísta entre o bem e o mal, representados por bandidos e policiais, com a vitória dos últimos. As cenas seguintes, referentes a um passado pouco remoto, são as do assalto ao caminhão de gás, praticado pelos bichos-soltos, e a do jogo de futebol interrompido porque a bola, chutada para o alto, “caiu já sem vida” depois de estourada à bala por Cabeleira, que participara do assalto com os comparsas Marreco e Alicate, que com ele formavam o Trio Ternura. Cenas talvez não muito perturbadoras, mas que compõem apenas a ante-sala da precipitação de acontecimentos nos quais, quando “falha a fala, fala a bala”.

No livro, em que pese a prosa algo vacilante do início, as seqüências sinistramente monótonas e repetitivas tendem para o mesmo desenlace. Daí resulta que, no filme, as expressões dos espectadores vão se tornando cada vez mais circunspectas, depois predominantemente tensas ou mesmo nervosas, decerto já distantes dos primeiros risos fáceis. Se fôssemos voltar a considerar a cena inspirada nos filmes de faroeste, diria que me parece mais alusiva àquelas tomadas de cima e do alto que tanto enchiam de saudade o coração de um poeta: o Cristo de braços abertos exibindo a grandiosidade e a beleza cênica da cidade. Mas aqui, num lugar da metrópole distante das maravilhas de uma cidade que explodiu, parece não haver redenção. Em Cidade de Deus, filme e livro exprimem com clareza meridiana, consubstanciou-se um modo de vida onde o melhor que se pode esperar é evitar o pior.

Tomemos duas passagens, entre inúmeras outras emblemáticas. Na abertura do livro encontramos Busca-Pé fumando um baseado à beira do rio com o amigo Barbantinho quando é interrompido em sua idealização sobre o futuro, por um (ou melhor, mais um) cadáver que passa boiando no rio (trajando calça Lee e tênis Adidas¹²). Antes mesmo da vermelhidão que tomara conta das águas dos rios

¹¹ “A quadrilha saiu atrás do galo, porém galo de favela é arisco como o cão: entrava e saía das vielas, ágil como uma onça, fingia que ia e ia, corria agachadinho para não ser percebido de longe, nas quinas das esquinas botava só meio rosto à vista para ver se tudo estava limpo, vez por outra alçava vôos de quinze a vinte metros, corria desesperadamente para os Blocos Novos, dificultava a sua captura. A quadrilha gargalhava enquanto perseguia o almoço. Pequeno, ao dobrar uma viela, trombou com um vendedor de panela e foi ao chão junto com ele. Levantou-se de sopetão, mandou o sujeito tomar no cu e ordenou aos berros:

- Senta o dedo no galo!

- E começou o tiroteio.” (LINS, 1997:333)

¹² Detalhe nada fortuito, se considerarmos a importância que os signos ganham numa sociedade onde

antecedendo a passagem do morto, Busca-Pé já tinha desistido de ir à aula de datilografia, pois “já tinha perdido um montão de aulas, mais uma não iria alterar nada”. E também decidira que não iria para o colégio, sentenciando: “A soma dos quadrados dos catetos é igual ao quadrado da hipotenusa é o caralho.” (LINS: 1997:14)

Obviamente, o moralista, chocado com o que deve ter considerado uso imotivado do calão, teve dificuldades de leitura, sem talvez ter se dado conta de que a narrativa encontra-se embebida em linguagem que não só desfaz mitos, como revela e expõe os sintomas de algo que não merece apenas denúncia, mas exige reflexão. Senão, como compreender os motivos que levam jovens, adolescentes e crianças a recusarem, pela delinquência, as trajetórias consentidas e/ou estimuladas socialmente, acalentadas pelos pais ou, num lapso, por si próprios, mesmo quando se lamentam das dificuldades que se impuseram para tê-las percorrido?

A atuação de grupos particulares específicos procurando fazer suas práticas, concepções e objetivos prevalecer na instituição escolar, com os conflitos por vezes dramáticos que se estabelecem quando se entrecrocamos, tem recebido atenção de pesquisadores preocupados com os desafios que se colocam para a realização das possibilidades de ressocialização da criança e do adolescente pela escolarização. No cruzamento de diferentes padrões e normas de conduta pelos quais se exprimem os princípios organizativos e os códigos que denotam o pertencimento a este ou àquele grupo (como gangues e galeras, por exemplo), a instituição escolar é levada muitas vezes (e por motivos defensivos dos que a povoam) a transigir com os diferentes grupos, cujos interesses acabam se sobrepondo aos da instituição, no final das contas, duramente contestada pela parca ou nenhuma realização das aspirações de ascensão social nutridas pelo mito da escolarização como passagem para a assunção de posições de relevo na estrutura sócio-ocupacional¹³.

Voltemos ao livro, sem perder de vista a questão: o progresso enquanto movimento tomado como fim em si mesmo¹⁴, ou, noutros termos, o sentido e o significado da modernização capitalista da sociedade nos momentos e lugares em que se evidencia a erosão do futuro radioso por ela prometido. Bem mais à frente, quando a guerra entre o bando de Zé Pequeno e o de Manoel Galinha já estava adiantada, dois quadrilheiros conversam:

[...] Tu já trabalhou, né?
-Já trabalhei em uma porrada de lugar.
-E por que tu não trabalha mais?

parecer moderno prevalece sobre a efetivação das possibilidades consubstanciadas pela modernidade. (Cf. MARTINS, 2000, esp. cap. 1 [As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil]).

¹³ A esse respeito, cf. o excelente estudo de Eloísa GUIMARÃES (1998).

¹⁴ “A noção de que haja algo como o progresso da humanidade como um todo era desconhecida antes

-Meu irmão, tu sabe que eu tô com um filho aí, né? E tá ruim de rumar emprego, cumpádi, tá ruim... Tu até arruma, mas neguinho paga pouco à beça, não quer assinar carteira, tem que ter boa aparência para arranjar um emprego legal... Tem emprego aí, mas só pra carregar peso, fazer faxina e o caralho. Mas eu não vou ficar nessa a vida toda não, assim que eu rumar uma batalha maneira, eu saio dessa, sabe qualé? Tu vê que eu tô nessa aí, mas nunca assaltei, nunca roubei, nunca tirei braba com ninguém pra não rumar inimigo, pra na hora que eu sair da vida poder ficar tranqüilo. Tô nessa porque eu ainda não rumei uma batalha boa.

-Tu estudou?

-Terminei o primeiro grau e parei.

-Porra! Eu nunca fui numa escola, nunca trabalhei, sou bandido desde pequeno...

-Porra!

-Como é que é trabalhar, os cara fala o quê?

Nel explicou sumariamente, à sua maneira, e Torneira continuou:

-É, cumpádi, com cinco anos eu já roubava na feira, já dava balão pagado¹⁵, eu era foda... Mas eu queria prende lê, deve ser maneiro!

-Pode crer! (LINS, 1997:443-444)

Não seria mais exato considerar que estamos diante do esboroamento dos referenciais sustentadores de uma vida condicionada para e pelo trabalho, questionada em seus sentidos e finalidades auto-referenciados? Não exatamente. Pois da consciência das misérias e iniquidades do trabalho precário e mal remunerado, das relações de superexploração nele envolvidas, não resulta seu enfrentamento. A participação no mundo da criminalidade figura para os que a ele se integram como uma possibilidade para a obtenção daquilo que o mundo do assalariamento lhes nega. Alicate “tinha medo de amanhecer com a boca cheia de formiga, mas virar otário na construção civil, jamais. Essa onda de comer de marmitta, pegar ônibus lotado pra ser tratado que nem cachorro pelo patrão, não, isso não.

do século XVII, e então veio a ser um dogma quase universalmente aceito no XIX. Mas a diferença entre as primeiras noções e o seu estágio final é decisiva. O século XVII [...] pensava o progresso em termos de uma acumulação do conhecimento através dos séculos, enquanto para o século XVIII a palavra implicava uma ‘educação da humanidade’ [...], cujo fim coincidiria com a era da maioridade do homem. O progresso não era ilimitado, e a sociedade sem classes de Marx, vista como o reino da liberdade que poderia ser o fim da história [...], de fato ainda sustenta a insígnia da Era do Iluminismo. Iniciando-se o século XIX, entretanto, todas as limitações desapareceram. Agora, nas palavras de Proudhon, o movimento é *le fait primitif*, (‘o fato primitivo’) e as ‘leis do movimento são as únicas eternas’. Este movimento não tem começo nem fim: *Le mouvement est; voilà tout!* (‘O movimento é; eis aí tudo!’).” (ARENDDT, 2000 [1969]:26-27).

¹⁵ “Dá-se também o nome de balão ao trabalhador que pega a semana toda no batente e, antes de chegar em casa, no dia do pagamento, vai acertar a conta do mês na birosca, aproveitando para encher a cara além do habitual, porque a quantia no seu bolso, na maioria das vezes, o infeliz acha que é

[...] Seria bicho-solto mesmo. [...] Haveria de estourar a boa pra poder comprar uma chácara no interior, viver o resto da vida criando galinha numa boa.” (LINS, 1997:142).

Ora, uma vez que o capital é uma formação que não admite nenhum exterior, pois se reproduz ampliadamente, nada mais equivocado que imaginar que a economia da droga se restrinja ao tráfico, ou que pudesse ficar confinada ao comércio pouco organizado e/ou ocasional conforme praticado pelo Trio Ternura. A trajetória da presença crescente e adensada de relações características da reprodução capitalista da riqueza centrada nas drogas ilícitas não escapa ao livro e ao filme. Afinal, como bem observou Roberto Schwarz, “se por um lado o crime forma um universo à parte, interessante em si mesmo e propício à estetização, por outro ele não fica fora da cidade comum, o que proíbe o distanciamento estético, obrigando à leitura engajada” (1999:167).

Nutrir expectativas de que *Cidade de Deus* incursionasse analiticamente nesse processo¹⁶ seguramente denuncia a incompreensão de que a complexidade da obra não deve ser atribuída à complexidade inerente aos fenômenos de que se ocupa, mas não é de todo ocioso, se considerarmos que a “ação move-se no mundo fechado de Cidade de Deus, com uns poucos momentos fora, sobretudo em presídios, para acompanhar o destino das personagens.”(SCHWARZ, 1999:166). É óbvio que o interessado neste ponto deverá recorrer a bons trabalhos, como o documentário de Katia Lund e João Moreira Salles¹⁷, assim como à já farta bibliografia derivada da descrição analítica do complexo de relações que caracteriza a economia da droga tragada pelo vórtice do capitalismo globalizado¹⁸. E flexibilizado! Basta considerar que a incorporação de força de trabalho na e pela economia da droga consiste literalmente no consumo voraz de sujeitos monetarizados (mas desprovidos de dinheiro), sem prejuízo da organização hierárquica do trabalho precário aliada à utilização de meios técnicos avançados, sobretudo na gestão dos negócios: do armamento de última geração aos celulares necessários para manter os “bichos soltos” integralmente disponíveis e atentos para o trabalho.

Detenhamo-nos um pouco mais, porém, no caráter da violência conforme registrada no filme e no livro. Na entrevista já citada, o diretor, com nítidas

muito. A bebida é a bucha que o vai fazendo encher, encher, encher, subir, subir, subir, e depois descer, descer, descer, completamente apagado. É nessa hora que chegam os meninos para retirar-lhe os pertences e o resto do dinheiro.” (LINS, 1997:278)

¹⁶ “Outro desdobramento possível do livro seria a incorporação das forças do crime que estão fora da Cidade de Deus. Nesse aspecto, o mais longe que se vai é na delegacia da área. As verdadeiras estruturas do contrabando de armas, do tráfico de drogas, enfim, do crime organizado, não aparecem”. (LACERDA, 1997)

¹⁷ *Notícias de uma guerra particular*, documentário produzido ao final dos anos 90, foi exibido ao final da mesa-redonda que motivou a elaboração deste texto.

¹⁸ Destaco o trabalho de Marcelo Lopes de Souza sobre a metrópole do Rio de Janeiro, no qual abordou a presença do tráfico de drogas e a criminalidade violenta a ela associada. Entre outros aspectos, Souza deslinda a economia do tráfico de drogas, da divisão técnica do trabalho que se opera

preocupações quanto à comercialização do produto, prossegue dizendo que as comparações de seu filme com *Pulp Fiction*, de Quentin Tarantino, são descabidas, pois ao contrário deste ele não estetizou a violência¹⁹. De fato, passagens absolutamente chocantes contidas no livro não foram transpostas para a tela²⁰. Em contrapartida, ao espetacularizar outros momentos, como a morte de Zé Pequeno – no livro, prosaicamente caído morto num sofá após tomar tiro na barriga, no filme, assassinado com inúmeros tiros por crianças que assim lhe tomam os pontos de venda de drogas – o filme registra bastante bem que as exigências da economia da droga catapultaram a violência tão vertiginosamente que implica a expropriação cada vez mais precoce da infância dos moradores, esses “pobres-diabos que morrem como moscas, longe da opulência que nalgum lugar o tráfico deve proporcionar.” (SCHWARZ, 1999:166-167)

Mas a questão, ao meu ver, é que livro e filme, cada qual a seu modo, demonstram limpidamente que a violência aninhou-se fundamente nos mais distantes rincões das relações estabelecidas pelos moradores de Cidade de Deus, sendo por eles reproduzida a diferentes escalas e nos mais diversos momentos. E isso não só porque “as piores desumanidades adquirem sinal positivo” (SCHWARZ, 1999:165) (afinal, quem não quer “ganhar consideração com a rapaziada do conceito”?). Mas também porque a violência vai se tornando um fim em si, oferecendo possibilidades de ação a quem aprendeu duramente que o presente encontra-se condicionado à manutenção e reposição contínua e ampliada dos seus próprios

para preparar a droga para comercialização junto aos usuários (o subsistema varejo) até as articulações em nível internacional que engastam de produtores das matérias-primas às quadrilhas e facções criminosas que se instauram em vários níveis e âmbitos sociais. Seu estudo demonstra bem que os interesses que governam a economia da droga não se exprimem apenas e tão-somente pelo tráfico presente nas favelas e morros, haja vista suas capilaridades no âmbito do Estado, quer no sistema penal (do aparelho policial ao Judiciário), por onde se estabelece também o tráfico de armas (o que é bem retratado sobretudo no documentário “Notícias de uma guerra particular”), quer no Legislativo, quando não no próprio Executivo. (Cf. SOUZA, 2000, esp. cap. 1, parte I [O tráfico de drogas e a criminalidade violenta]).

¹⁹ “O Tarantino tem prazer na violência como uma coisa estética. Ele faz aqueles planos de *Pulp Fiction* de sangue explodindo no vidro, pedaços de cérebro no banco, quer dizer ele prepara aquelas cenas para chegar àqueles momentos de gozo com a violência. *Cidade de Deus* não tem isso. [...] A cena [dos meninos sendo punidos pelos traficantes] é chocante, mas não tem imagem. Você não vê fogo saindo da arma, não vê o menino caindo, não vê ninguém morrendo em primeiro plano, vê os caras caindo lá no fundo, fora de quadro. As pessoas têm que entender que é violento, mas eu não queria que elas curtissem a violência. Inclusive nas seqüências de guerra, onde tenho que mostrar que os garotos estão dando tiro, eu podia fazer uma coisa americana, colocar uma câmera ali, fazer o cara caindo. Só que não. Filmamos de longe, escuro, e com o narrador falando ‘Naquele tempo aconteceu...’, para distanciar a violência.” (MEIRELLES, 2002:15).

²⁰ Como a do marido traído que esartejou o filho bastardo, colocou o corpo numa caixa de sapatos e o entregou à mulher, posto que “o orgulho ferido de um cabra-macho” não poderia admitir “que seu filho fosse branco, já que era negro e a desgraçada da mulher também”. (Cf. LINS, 1997:81-83).

²¹ “Manoel trabalhava de trocador de ônibus, dava aulas de karatê no Décimo Oitavo Batalhão da Polícia Militar, terminava o segundo grau à noite num colégio estadual da praça Seca, jogava bola

termos, aí incluídas as representações abstratas de um futuro insondável e intangível, revelando asperamente o momento crítico da reprodução social, a erosão dos seus sentidos e significados.

Tomemos a trajetória de um dos personagens centrais da trama, Mané Galinha: cobrador de ônibus²¹ que “era incapaz da mínima crueldade, que nunca fora de briga e nunca fizera mal a ninguém”, sai da “vida de otário” à qual se resignara, mas não para protagonizar o salvador que libertaria *Cidade de Deus* das atrocidades de Zé Pequeno e sua gangue. Integra-se ao bando de Sandro Cenoura quando a guerra entre quadrilhas pela ampliação do controle do mercado das drogas já estava em curso. De meio para atingir tal fim (a disputa pelas bocas de fumo é a expressão local da concentração dos capitais envolvidos, se quisermos definir assim), a violência torna-se fim em si, multiplicando-se exponencialmente. Zé Pequeno, “feio, baixinho e socado”, estuprara sua noiva (“com quem desejava imensamente fazer sexo, mas esperava o casamento para que isso acontecesse”) e matara seu avô. Para vingá-los e enfrentar as ameaças dos bandidos que se acotovelavam à sua porta, Mané Galinha torna-se bandido temido, amplia o acervo de desumanidades praticadas e arregimenta todos aos quais a violência oferece uma possibilidade efetiva para a ação²². Dizer que se trata de banalização da violência é, portanto, pouco ou nada dizer. Ou, antes, dever-se-ia considerar que apenas para o espectador adestrado que responde automaticamente aos esquematismos utilizados na linguagem fílmica a violência pode ser banal²³.

Nos dias que seguem, porém, seria pedante dizer que os problemas da violência ainda permanecem obscuros²⁴. Afinal, um passo adiante no conhecimento de nós mesmos já foi dado ao considerar a violência (ora velada, ora sem rebuços) como elemento estruturador da formação social brasileira, e fundamente nela aninhada, configurando uma poderosa barreira para a ação política, a qual, na

todo sábado à noite, único momento em que ficava junto às pessoas de sua idade, porque não era de muito coleguismo. Gostava mesmo era de andar sozinho para evitar encrencas. Por ser considerado um rapaz muito bonito na favela, vivia cercado de garotas, até ganhara o apelido de Mané Galinha.” (LINS, 1997:400)

²² “Os irmãos de Cabelo Calmo engrossaram a quadrilha da Treze, assim como os irmãos menores de Galinha engrossaram a sua quadrilha. Irmãos, primos, tios e toda sorte de parentes, e também os amigos dos quadrilheiros, entravam para essa ou aquela quadrilha porque se sentiam na obrigação de vingar o estupro, o roubo ou qualquer outra ofensa e para isso tornavam-se soldados.

Também houve casos em que os futuros quadrilheiros não tinham crime algum para vingar, contudo entravam na guerra porque a coragem, aliada à disposição para matar exibida pelos bandidos, lhes conferia um certo charme aos olhos de algumas garotas. Julgavam assim impressioná-las. [...] Jovens insuspeitos tornavam-se bandidos e estavam guerreamdo, às vezes, somente com um pedaço de pau na cintura enquanto aguardavam o seu revólver.

Antigamente, comentavam pasmados os moradores, somente os miseráveis, compelidos por seus infortúnios, se tornavam bandidos. Agora estava tudo diferente, até os mais providos da favela, os jovens de famílias estáveis, cujos pais eram bem empregados, não bebiam, não espancavam suas esposas, não tinham nenhum comprometimento com a criminalidade, caíam no fascínio da guerra. Guerream [...]. por motivos banais: pipa, bola de gude, disputas de namoradas. [...] A guerra,

acepção exigente e rigorosa do termo, é também ação ética, como tem farta e insistentemente ressaltado Marilena Chauí. Nosso distanciamento das formas de sociabilidade ética regidas por ações livres, autônomas, racionais e responsáveis dos sujeitos entre si, deve muito à violência a partir da qual a sociedade brasileira se estrutura e reproduz, porquanto a

violência se opõe à ética por que trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa [...] (CHAUÍ, 1998:2).

Daí, explica a filósofa, a necessidade do mito da sociedade brasileira como não-violenta (e ética), pois somente identificando e localizando a violência como algo extrínseco à sua essência é possível pensar no combate àquilo que é então considerado como surtos, crises de violência mais ou menos torrencial que a invadem. Ao fim e ao cabo,

O mito da não-violência está encarregado de negar a realidade das formas de dominação engendradas pela divisão social das classes no modo de produção capitalista, afirmando a unidade social como unidade nacional e colocando como violação acidental tudo quanto manifeste a existência da divisão, da exploração e da dominação. (CHAUÍ, 2006:133)

Por fim, e continuando a confiar nessa elaboração teórica, resta sublinhar que, a partir da perspectiva aristotélica, a violência é um movimento antinatural ou contrário à natureza de algum ser (“A natureza é a *essência* de um ser, aquilo que o faz ser o que ele é e que nele permanece quando passa por transformações” (CHAUÍ, 2006:121), constituindo um “obstáculo ou impedimento contrário ao impulso e à escolha” (CHAUÍ, 2006:121).

Ora, o que isso nos ensina sobre a relação entre urbanização e violência? Voltemos às circunstâncias que envolvem as personagens de *Cidade de Deus*: se

assim, tomou proporções maiores, o motivo original não significava mais nada.” (LINS, 1997:469-470).

²³ Condiçãoada pelos clichês hollywoodianos a platéia ri quando Zé Pequeno dá um tiro na cabeça do comparsa que não se calava. “[...] o filme não é para rir, mas todo mundo ri”, constatou, sugerindo perplexidade, o próprio diretor do filme. Contudo, dizia a dupla de filósofos frankfurtianos, “rimos do fato de que não há nada de que se rir. O riso, tanto o riso da reconciliação quanto o riso de terror, acompanha sempre o instante em que o medo passa”. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985 [1944]:131)

²⁴ “O que Sorel observou há sessenta anos, que ‘os problemas da violência ainda permanecem obscuros’, ainda é tão verdadeiro hoje como antes.” (ARENDDT, 2000 [1969]:31).

é correto considerar que exprimem um mundo fechado, não se pode esquecer que *Cidade de Deus* é, em si, produto do fechamento de um mundo intrinsecamente violento. É essa questão que, ao meu ver, merece ser melhor desenvolvida, pois quando falamos da relação entre urbanização e violência, deliberada ou inadvertidamente tendemos a considerar que se trata de abordar os lugares que se caracterizam pela presença desabrida da violência, onde acontecem atos violentos, sem dúvida, (ou, já na perspectiva da mitologia deslindada pela filósofa, tratar-se-ia de focar apenas e tão-somente determinados lugares, aqueles onde a violência mora e brota para dali irradiar-se e ameaçar o mundo da não-violência), esquecendo, porém, de problematizar o caráter violento da urbanização brasileira, cujos fundamentos se encontram na valorização do espaço, na produção e reprodução da realidade urbana conforme as exigências da valorização do valor, da reprodução ampliada do capital que mobiliza e concentra tudo e todos em seu favor e tem nas metrópoles sua melhor expressão.

Cidade de Deus, livro e filme, contêm passagens primorosas a esse respeito. A melhor, sem dúvida, é a referida à trajetória de Dadinho, que passou boa parte de sua infância dividido entre a casa da patroa da comadre de sua mãe, no Jardim Botânico, e em brincadeiras de rua na favela Macedo Sobrinho, onde nasceu em 1955. Foi para *Cidade de Deus* logo nos primeiros dias do conjunto, depois que sua mãe passou-se por flagelada das grandes enchentes, pois “iria de qualquer jeito para *Cidade de Deus*. Ter água encanada para poder fazer comida e tomar banho e ter luz em casa facilitaria sua vida, mesmo tendo que acordar de madrugada para trabalhar” (LINS, 1997:185).

Esse processo foi bem descrito pela socióloga Lícia do Prado Valladares. Ao examinar o período de atuação da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio), de 1968 a 1973, “quando se assistiu à maior operação antifavela que a *Cidade* jamais conheceu” (1980:18), sua pesquisa acabou apanhando a erradicação das favelas (o termo, ainda hoje largamente utilizado, indica bem a concepção hegemônica sobre os favelados) situadas na Zona Sul do Rio de Janeiro como “parte de um processo geral de renovação urbana da metrópole” (1980:14), que tinha noutra ponta a construção de conjuntos habitacionais, dentre eles *Cidade de Deus*²⁵. Surpreendentemente, a pesquisadora constatou escassa resistência dos favelados, numa operação de proporções nada desprezíveis, quando os agentes encarregados da remoção iniciavam seus trabalhos. Isso porque, nas brechas da precariedade organizacional do Estado, em que pese a mobilização de um aparato governamental e institucional complexo,

²⁵ “Os favelados transferidos para a *Cidade de Deus* provinham de 63 favelas distintas. Setenta por cento dessa população provinham de apenas seis favelas – Praia do Pinto (19,2%), Parque da Gávea (15,2%), Ilha das Dragas (14,5%), Parque do Leblon (7,3%), Catacumba (7,0%) e Rocinha (6,3%). Todas as seis eram favelas da Zona Sul, integrando a VI Região Administrativa (Lagoa). Os outros 30% eram oriundos de 57 favelas [...]” (VALLADARES, 1980:97).

o mercado imobiliário local viu-se sacudido pela súbita valorização dos preços dos barracos, disputados por não-moradores de favela desejosos de acesso ao programa da casa própria, cuja prioridade, nessa instância, era para as favelas. Nos espaços ainda disponíveis, ergueram-se às pressas novos barracos, que os moradores antigos vendiam ou alugavam a recém-chegados. (1980:15-16)

No conjunto habitacional, o antigo favelado (não raro “de última hora”), munido de certa astúcia, aprendeu a lidar com as exigências do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e da COHAB (Companhia de Habitação Popular). Começou a “postergar assinaturas, atrasar pagamentos, entrar em acordo para parcelamento da dívida, e até mesmo ocupar temporariamente um imóvel sem pagar”, até perceber “que poderia ‘passar adiante’ a habitação, cobrando para tanto um ágio.” (1980:17)

Mais cedo ou mais tarde, o mutuário, levado pelas mais diversas contingências, tendia a deixar o conjunto, seja voluntária (quando sublocava ou cedia seus direitos), seja compulsoriamente (quando atrasava o pagamento, a ponto de ser despejado ou remanejado). Voltava então para a favela, ou se instalava na periferia do Grande Rio, em pequenos lotes de áreas semi-urbanizadas. [...] Nesse trajeto, o conjunto habitacional representava uma área de passagem, uma área de trânsito. (1980:17)

[...] em 1966-67 (período das grandes enchentes no Rio de Janeiro, que deixaram ao desabrigo alguns milhares de pessoas), assisteu-se a uma interrupção do programa de remoção, passando-se a atender prioritariamente aos casos de flagelados provisoriamente alojados em albergues e abrigos da Cidade. [...] a grande maioria foi transferida para o conjunto habitacional Cidade de Deus, ainda em construção na época, e cuja ocupação, iniciada então, prolongou-se até 1970, momento em que as remoções já haviam sido retomadas e o programa encontrava-se, novamente, em pleno curso. (1980:39)

As contradições mais evidentes dessa atuação do Estado na urbanização

²⁶ “Se por um lado se verificava a saída compulsória dos conjuntos habitacionais, por outro definia-se uma nova prática, segundo a qual parte dos residentes conseguia deixá-los aproveitando-se da situação em bases bem mais vantajosas. Trata-se daqueles que se retiraram voluntariamente, utilizando-se da transação denominada cessão de direitos. [...] pode-se observar que a cessão de direitos se tornara, para muitos, um bom negócio. [...] A venda dos direitos também representava uma possibilidade de fazer face a determinados problemas sócio-familiares imediatos, tais como dívidas comerciais em geral ou problemas de saúde [...]” (VALLADARES, 1980:77-78)

²⁷ O que o geógrafo David Harvey chegou a denominar de inércia geográfica. (Cf. HARVEY, 1990 [1982])

são por demais conhecidas: o programa de remoção de favelas, articulado ao programa habitacional, não apenas propulsionou as próprias favelas que objetivava erradicar, como impulsionou a chamada expansão periférica, na medida em que práticas como a venda dos direitos²⁶ (denominadas pela socióloga como “práticas de distorção do sistema”) viabilizaram a compra do lote no loteamento dito popular e/ou a construção da casa própria.

Ocorre que a formação social brasileira é pródiga em exemplos de que as populações que se encontra(va)m em espaços tidos por deteriorados²⁷, lenta, ou no mais das vezes brutalmente alcançadas pelo movimento de valorização do espaço – para cuja efetivação é imprescindível a atuação do Estado, para a concertação e viabilização dos interesses envolvidos na redefinição dos patamares de capitalização, inclusive e sobretudo das propriedades imobiliárias – não são as destinatárias dessa ação. Daí porque a atuação do Estado, orientada por tal perspectiva, implica a expulsão dos considerados incômodos e/ou inconvenientes, dos que no fundo são tomados como coisas porque não compõem a demanda solvável correspondente às exigências dos novos patamares da monetarização das relações sociais. A valorização do espaço implica portanto o aprofundamento da proletarização, que é um dos fundamentos da reprodução desta formação social. Essa essência sempre se manifestou nos diversos momentos das chamadas reformas urbanas, codificadas e recodificadas de acordo com a complexificação das circunstâncias envolvidas: embelezamento, higienização, melhoramentos urbanos, até as chamadas revitalizações, requalificações... dos diferentes espaços urbanos.

Todos esses momentos implicaram em retirar das cidades os esbulhados de sempre. Basta lembrar da remoção de cortiços no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: a “limpeza” de determinadas áreas da cidade, com o combate aos cortiços, conforme apregoado pelo saber médico-higienista, era apoiada materialmente pelos empresários da construção civil (cf. CHALHOUB, 1996). A reforma Pereira Passos, no Rio de Janeiro, resultou na retirada daqueles que destoavam do afrancesamento que se procurava imprimir à cidade e à vida urbana, às práticas espaciais. Boa parte da população moradora da então cidade não tinha gestos nem rostos franceses, como tampouco era considerada digna de sentar à mesa do poder para deliberar sobre as modificações que se buscava implementar (cf. BENCHIMOL, 1992).

De lá pra cá, a escala e a espessura do processo aumentaram enormemente. As operações urbanas complexificaram-se e suas articulações, inclusive internacionais, com as instituições multilaterais de investimento, como Banco Mundial e BID, por exemplo, correspondem à complexificação e alcance dos próprios capitais envolvidos. A valorização do espaço, independente da alcunha que receba, incidiu (como prossegue incidindo) sobre espaços urbanos metropolitanos. Daí que o esvaziamento, conseguido através da monumentalização aburguesadora de determinados locais, por exemplo, nem sempre pode prevalecer, pois as metrópoles engastaram-se, como resultado e condição, ao processo geral

da reprodução capitalista e da própria modernização da sociedade. Daí a necessidade de aliar tais ações ao estabelecimento de um conjunto de estipulações sobre os usos do espaço para disciplinar as práticas espaciais permitidas: periféricos são todos os que são tolerados apenas e tão-somente enquanto trabalhadores e/ou passantes, quiçá como consumidores, mas não mais como moradores. A realidade urbana é aberta para novos investimentos de capital, mas crescentemente fechada para a criação de relações sociais não mediadas pelas coisas. A valorização das coisas se dá às custas da desvalorização do homem, que vê sua ação limitar-se, assim, à expansão do mundo da riqueza como um mundo alheio e estranho que cada vez mais o domina e o arrasta para o seu empobrecimento, dizia um filósofo alemão (MARX, 1975 [1844]).

Não há dúvidas de que a proletarianização é compreensível pela periferização, bem expressa pela constituição de conjuntos habitacionais e/ou loteamentos, não raro localizados muito distantes do tecido urbano edificado, para onde são deslocados os que compulsoriamente não cabem mais nos espaços (re)valorizados. Mas não podemos fazer de conta que a questão urbana é uma questão específica, localizada. Não estamos diante de uma guerra particular. Não são violentos apenas os lugares onde reina a dureza da aspereza material, nem a violência é derivação imediata dela. Neste momento, as metrópoles são, elas próprias, verdadeiros nervos expostos da acumulação dos desencontros entre as (im)possibilidades do mundo moderno e sua realização efetiva. São a síntese de uma urbanização na qual vêm se constituindo modos de vida onde os sentidos e significados da ação modernizadora é posta duramente à prova. Diante dos fundamentos violentos da urbanização capitalista, das (im)possibilidades que as metrópoles contêm e exprimem, a cidadania não basta. Melhora, mas não transforma a vida!

Cidade de Deus é uma evidência de que é imanente ao homem a produção de tempos e espaços nos e pelos quais realizam sua natureza criadora de obras. Porém, não se pode esquecer que as próprias cidades foram não só os lugares privilegiados, os berços do pensamento, da invenção, da criação por excelência de obras (da filosofia, da música, da arte, da política...), como elas próprias podem ser tomadas como obras que distinguem os homens como seres *na* natureza. Nessa perspectiva, como considerar o horrendo esplendor das metrópoles, se o caráter ameaçador e hostil, se o estranhamento dos homens diante de si próprios, de sua criação se acentua?

Resumo: A partir do filme e do livro *Cidade de Deus* o autor discute a relação entre urbanização e violência, buscando esclarecer os fundamentos violentos da formação social brasileira e da (re)produção capitalista do espaço.

Palavras-chave: Urbanização; violência; cinema; literatura

URBANIZATION AND VIOLENCE: REMARKS FROM FILM AND BOOK "CITY OF GOD"

Abstract: Based on the movie and book *City of God* the author discusses the relation

between urbanization and violence, searching to explain the violent foundations of social Brazilian formation and the (re)production of capitalist space.

Key words: Urbanization, violence, cinema, literature.

BIBLIOGRAFIA

ABENSOUR, Miguel (1998 [1997]). *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max (1985 [1944]). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ARENDDT, Hannah (2000 [1969]). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BENCHIMOL, Jaime Larry (1992). *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.

CANDIDO, Antonio (1998). *O discurso e a cidade*. 2ªed. São Paulo: Duas Cidades.

CARVALHO, José Murilo de (1995). *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*. México: El Colegio de México/Fideicomiso Historia de las Américas/Fondo de Cultura Económica.

CHALHOUB, Sidney (1996). *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

CHAUÍ, Marilena (1998). Ética e violência. In: *Colóquio interlocuções com Marilena Chauí*. Londrina. mar. 1998/São Paulo. abr. 1998.

_____ (2006). Democracia e autoritarismo: o mito da não-violência. In: CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo

COUTO, José Geraldo (1994). Diretor do Festival de Nova York fala no MIS. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 nov. 1994.

GOMES, Paulo Emílio Salles (1996 [1980]). *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GUIMARÃES, Eloísa (1998). *Escola, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro:

Editora UFRJ.

HARVEY, David (1990[1982]). *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Econômica.

LACERDA, Rodrigo (1997). Um mosaico da violência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 nov. 1997, Caderno especial.

LINS, Paulo (1997). *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras.

MARTINS, José de Souza (2000). *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec.

MARX, Karl (1975[1844]). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70.

MEIRELLES, Fernando (2002). No deserto do real. *O Pasquim21*, Rio de Janeiro, n.39, 46ª semana de 2002 (novembro).

RANCIÈRE, Jacques (1996). O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARZ, Roberto (1999). Cidade de Deus. In: SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOARES, Luiz Eduardo (2003). Cidade de Deus e o pacto pela paz. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 fev. 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2000). *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

VALLADARES, Lícia do Prado (1980). *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

XAVIER, Ismail (2000). O cinema brasileiro dos anos 90. *Praga*, São Paulo.

ZALUAR, Alba (1985). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.